

Educação, Trabalho e Autogestão: limites e possibilidades da Economia Solidária

Ioli G. Wirth

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/Unicamp

Laís S. Fraga

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/Unicamp
Grupo de Análise de Política de Inovação (GAPI)
Política Científica e Tecnológica/Unicamp

Henrique T. Novaes

Organizações e Democracia
Prof. Dr. FFC-Unesp-Marília

Introdução

Frente ao aumento do desemprego e de formas precárias de trabalho, o trabalho associado re-emerge no Brasil e em outros países da América Latina. De um lado, como resistência ao desemprego e à precariedade por parte dos trabalhadores e, de outro, como política pública de governo, de vertentes da Igreja, ONGs e dos movimentos sociais. No Brasil existem diferentes iniciativas de auto-organização em que os trabalhadores possuem a posse dos meios de produção, praticam a gestão democrática e realizam a distribuição dos resultados segundo critérios definidos por eles próprios. Esse conjunto de experiências é denominado de Economia Solidária.

Embora amparada em iniciativas populares e da sociedade civil organizada, a Economia Solidária surge especialmente enquanto um programa de combate ao desemprego, desenvolvido por diversas prefeituras governadas pelo Partido dos Trabalhadores desde a década de 1990. Esses governos municipais se dedicaram a estimular e apoiar a organização de cooperativas populares, contando também com a efetiva participação de diversas instituições como universidades, organizações sindicais e organizações ligadas à Igreja Católica.

Em 2003, com a chegada desse partido ao governo federal, é criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) dentro do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE), que desenvolve programas de apoio de caráter nacional a essas experiências, além de mapear, monitorar e difundir a Economia Solidária. Paralelamente, trabalhadores gestores e instituições de fomento envolvidos com a

Economia Solidária também se organizam nacionalmente, criando o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

A retomada do trabalho associado enquanto possibilidade prática, seja por iniciativa dos próprios trabalhadores, seja por estímulo governamental, recolocou o debate clássico sobre os seus limites e as suas possibilidades. Entre os autores existem divergências quanto à origem histórica do fenômeno, sua abrangência e suas potencialidades. Com o objetivo de situar este artigo nesse panorama, faremos uma breve revisão das principais perspectivas teóricas presentes no atual contexto.

A organização das unidades produtivas segundo princípios não-capitalistas – que, portanto, negam ou sinalizam a necessidade de superação da alienação do trabalho e a extração da mais-valia – remete a um debate clássico entre o socialismo utópico e o socialismo científico. Esse debate acompanha o contexto da 1ª Revolução Industrial e, conseqüentemente, o surgimento do proletariado. Do ponto de vista dos socialistas utópicos como Fourier, Owen e Proudhon, a organização dos trabalhadores em cooperativas ou em sociedades comunitárias, como reação às duras condições do trabalho industrial, seria suficiente para a constituição gradativa de uma autêntica sociedade socialista (Buber, 1971, p. 20). Já para o socialismo científico, todos os esforços organizativos deveriam ser dirigidos à superação revolucionária do sistema: superação da sociedade de classes, superação do Estado capitalista e do trabalho alienado. Embora reconhecesse o valor educativo da cooperativa, tal organização era considerada um modelo adequado para o momento histórico posterior para muitas correntes marxistas. Na época, não havia uma dialética entre o presente, a transição e a sociedade comunista. O tema em questão era a “tomada do poder”¹. Para Marx, os socialistas utópicos, apesar de serem muito bons na denúncia das mazelas trazidas pelo avanço do capital, ignoravam o movimento real da economia e a história concreta das lutas operárias. Outra crítica feita ao socialismo utópico é que eles divulgavam e incentivavam um tipo de cooperativismo paternalista e sem luta de classes (Mészáros, 2002).

No início do século XX, Rosa Luxemburgo (1970) publica o livro “Reforma ou Revolução?”, que recoloca o debate sobre o cooperativismo quando o capitalismo já havia se tornado o modelo hegemônico. Em discordância com Bernstein, a autora assinala o caráter degenerativo das cooperativas por terem de adaptar seu sistema de

¹ Sobre esse debate, ver Mészáros (2002).

produção às trocas capitalistas. Aponta, assim, a contradição entre a lógica de funcionamento interna e o imperativo externo.

Situado nesse debate clássico, este artigo pretende dialogar com os principais autores da Economia Solidária, tentando destacar aqueles que nos parecem ser os pontos fundamentais das suas teorias, com o intuito de observar as concepções educacionais explícitas ou implícitas nas suas obras. Para tanto, classificamos esses autores em quatro grupos: a) aqueles que percebem na Economia Solidária uma possibilidade de superação do capitalismo, b) aqueles que defendem uma complementaridade entre a Economia Solidária e o Capitalismo, c) aqueles que expandem sua análise para além da Economia Solidária, focando na economia popular e, por fim, d) aqueles que percebem a Economia Solidária como um espaço de prática da autogestão no momento histórico atual, mas que defendem sua generalização na sociedade, tendo o “autogoverno pelos produtores livremente associados” como horizonte.

Após esse diálogo com os principais teóricos da Economia Solidária, reconstruímos brevemente a relação entre educação, autogestão e trabalho. Convergindo com a quarta corrente apresentada e a partir do resgate de autores clássicos da autogestão, buscamos apontar limites e possibilidades da prática da autogestão nas experiências de Economia Solidária.

As diferentes perspectivas teóricas da Economia Solidária

Iniciaremos analisando brevemente como as perspectivas teóricas atuais da Economia Solidária dialogam com esse debate clássico anteriormente apresentado e que outros elementos agregam.

Economia Solidária como superação do capitalismo

Para Singer (2002a), a forma associativa e cooperativa de gestão e produção dos trabalhadores é uma experiência que remonta ao cooperativismo pioneiro do século XIX. Nesse sentido, as atuais experiências de Economia Solidária recuperariam os ideais do socialismo utópico e seriam ilhas de resistência no atual contexto de reconfiguração do capitalismo.

A análise desse autor centra-se, num primeiro momento, nas unidades produtivas, que possuem características que negam o modo de produção capitalista, como a posse coletiva dos meios de produção, o princípio de 'um sócio, um voto' e a autogestão. Essa forma de gestão é apresentada por esse autor não só como mais democrática e condizente com um projeto de “socialismo” a ser construído, mas como mais eficiente do que a heterogestão. A eficiência é explicada do ponto de vista produtivo e da qualidade de seus produtos, uma vez que a responsabilidade com esses critérios não estaria concentrada em apenas uma ou poucas pessoas, mas potencializada pelo interesse de todos os trabalhadores (Singer, 2002b, p.12).

Num segundo momento, esses mesmos princípios são interpretados pelo autor como fundantes de um novo projeto de sociedade. Esse processo se daria de forma gradual, na medida do aumento do número de unidades produtivas e do fortalecimento das relações entre elas. Nesse sentido, a principal crítica que se faz ao autor, e com a qual concordamos, é a forma como este concebe a superação da sociedade de classes. Para Singer, existe a possibilidade de convivência entre modos de produção diferentes até que o modo de produção solidário superaria o capitalista. Assim, o autor subestima ou não considera que o capitalismo é o sistema dominante que influencia e orienta outras formas de economia coexistentes (Castro, 2009, p.30). Da mesma forma, ele não admite que, enquanto os empreendimentos não estiverem inseridos em cadeias produtivas da Economia Solidária, estes podem ser funcionais para a acumulação flexível, uma vez que a ausência de direitos trabalhistas barateia os custos de produção conforme demonstram os estudos de Lima (2007).

A visão de Singer aborda a produção de novas relações de trabalho a partir da organização dos próprios trabalhadores, mas não articula o que ocorre nas fábricas de trabalhadores associados com a dinâmica mais ampla de acumulação do capital. Uma reflexão teórica sobre as recentes experiências de trabalho associado, que enfatize os aspectos positivos dessas organizações, não pode deixar de mencionar a real ou potencial funcionalidade dessas unidades de produção ao capitalismo.

Vejamos agora uma outra vertente teórica que apesar de estar na mesma tendência de Paul Singer, se diferencia, em alguma medida, de suas análises.

Complementaridade entre capitalismo e Economia Solidária

Laville e França-Filho (2004) interpretam as recentes experiências de Economia Solidária como integrantes da economia plural. Fundamentados em Polanyi, os autores afirmam que apesar do capitalismo ser o “modelo” predominante, com ele sempre existiram outras formas de economia. Os autores destacam que o circuito econômico é configurado por várias esferas: a domesticidade, que diz respeito à produção familiar; a reciprocidade, que organiza as trocas comunitárias entre as pessoas; a redistribuição organizada pelos Estados por meio da arrecadação de impostos; e, finalmente, o mercado, em que ocorrem as trocas monetárias (França Filho e Laville, 2004, p.32-34). Assim, as trocas mercantis não representam a totalidade do sistema, mas constituem a esfera mais privilegiada pelo capitalismo, que acarretou na sobreposição das relações mercantis às relações sociais e às relações entre as pessoas.

Num contexto de crise da sociedade salarial, a Economia Solidária significaria a possibilidade de uma rearticulação “entre economias mercantil, não-mercantil e não-monetária” (França Filho e Laville, 2004, p.107). A Economia Solidária não se sobressairia como única alternativa, mas seria uma solução complementar a outras formas de trabalho a serem criadas.

Na perspectiva desses autores, a Economia Solidária não se coloca em oposição ao sistema econômico dominante, mas sim como uma forma complementar e viável principalmente num contexto de crise do trabalho. No Brasil, onde “as esferas do Estado e do mercado jamais constituíram mecanismos fundamentais de regulação para o conjunto da sociedade” (França Filho e Laville, 2004, p.175), eles identificam a Economia Solidária como bastante articulada à economia popular.

Assim a Economia Solidária se apresenta como uma forma de organização popular de combate à pobreza, com o objetivo de garantir alguns direitos sociais ao maior número de pessoas (França Filho e Laville, 2004, p.176). Convém adiantar que se na visão da corrente socialista autogestionária da economia solidária – corrente que denominamos de Autogestão – o trabalho enquanto negatividade e positividade, o autogoverno pelos produtores associados e a unificação das lutas dos trabalhadores são questões centrais, para essa vertente o problema a ser superado parece ser a pobreza.

Esses autores, embora partam da coexistência entre capitalismo e outras economias, assim como Singer, não apontam para a superação do capitalismo, mas sim para sua humanização.

Economia popular

Outra abordagem possível é a de Coraggio (2007) e Kraychette (2007) que entendem a economia popular como fenômeno fundamental para compreender a Economia Solidária no Brasil e na América Latina. Os setores populares são constituídos por trabalhadores que têm o trabalho como principal meio para reprodução de suas vidas. Diante das altas taxas de desemprego, do nível de precariedade e dos limites das políticas públicas compensatórias, fortalecem-se formas alternativas de subsistência entre os setores populares. Dentre essas, a informalidade, a criminalidade, a economia doméstica e a Economia Solidária. Nesse sentido, a Economia Solidária é apontada como uma dentre outras possibilidades para os setores historicamente excluídos de uma relação salarial estável. O seu êxito dependerá da intensidade do fomento público a esse setor uma vez que

Assim, diferentemente da perspectiva de Laville e França Filho (2004), para Coraggio (2007) e Kraychete (2007) a Economia Solidária não é compreendida como uma possibilidade de rearticulação entre Estado, mercado e sociedade, mas como uma prioridade política que precisa ser assumida pelo Estado. Diferentemente de Singer (2002), reconhecem que a economia dos setores populares está subjugada ao sistema capitalista e que ela não possui as condições para inverter essa situação (Coraggio, 2007, p.69).

Esses autores estão preocupados em compreender o que é a economia dos setores populares, qual é sua lógica de funcionamento, qual é a sua racionalidade e como as potencialidades dessa realidade podem ser estimuladas por meio de políticas públicas, em vez de descrever como essas organizações devem ser, segundo os princípios cooperativistas.

Afirmam eles que existe uma concepção dos trabalhadores contrária ao ideário capitalista, que entende os próprios trabalhadores como recursos no processo de produção de mercadorias. A racionalidade dos setores populares, no entanto, não é condição suficiente para superar sua situação de marginalidade dentro do sistema, mas a partir dela existe a possibilidade de construção de alternativas viáveis. Para tanto, as experiências de trabalho associado necessitam de apoio financeiro e de assessorias para construir os conhecimentos e as ferramentas necessárias para lograr essa alternativa.

Esses autores apontam também alguns desafios

Do ponto de vista teórico, teríamos que dizer que o desenvolvimento de uma economia social requer algo parecido com a acumulação original do capital, quando surgiu o capitalismo. Há que se recuperar a terra, com mais MST; há que se recuperar o conhecimento, que é fundamental, hoje, o conhecimento científico e técnico; há que se recuperar o controle do dinheiro; há que se voltar a desenvolver um sistema financeiro que capte a poupança popular e a direcione para a atividade econômica popular, não deixando que ela vá parar nos grandes monopólios internacionais. (Kraychete, 2007, p.85).

Assim, a perspectiva da economia popular, apesar de ter um caráter propositivo para a Economia Solidária, não se furta a apontar as suas contradições e de apontar o Estado e a pressão dos movimentos sociais como elementos fundamentais para a sua concretização.

Autogestão: da defensiva para a ofensiva para além do capital

Para um quarto grupo de autores (Sardá de Faria, 2010; Dal Ri e Vieitez, 2008; Tiriba, 2008; Nascimento, 2005; Novaes, 2007), a ênfase dos estudos sobre o trabalho associado está na autogestão como meio e fim das lutas dos trabalhadores. Esses autores, para além da gestão da unidade produtiva, apontam a necessidade da generalização da autogestão, isto é, a construção do socialismo autogestionário. Eles entendem as cooperativas ou organizações do trabalho associado como espaços importantes, inventados pelos próprios trabalhadores, e que podem potencializar outras formas de luta. Para Tragtenberg, autor resgatado por essa vertente,

A classe trabalhadora cria os embriões do socialismo pela prática da ação direta contra o capitalismo, unificando decisão e planeamento e eliminando a divisão tradicional de trabalho entre os que pensam e os que fazem, entre os dirigentes e os dirigidos. Essa é uma tendência que aparece nos momentos decisivos da luta dos trabalhadores. (Tragtenberg, 1986 p. 5)

Nesse sentido, a autogestão é um elemento historicamente inserido na luta de classes que se manifesta na organização do trabalho, bem como na forma de gestão das cidades, dos serviços públicos, dos meios de comunicação, das escolas etc.

Os autores filiados à perspectiva da autogestão procuram resgatar as experiências históricas não só europeias, mas também latino-americanas, pois enxergam nelas potencialidades que foram ofuscadas por um debate polarizado entre a transformação estrutural e transformação das relações sociais em nível micro. Nesse sentido, esses pesquisadores tenderiam a concordar com Buber (1971), autor que afirma

que o movimento cooperativista não foi suficientemente apoiado e aproveitado pelos setores revolucionários organizados, e isso foi uma “falha” no movimento socialista.

Um diferencial da autogestão em relação a outras ideias e práticas acerca do que seria o socialismo é que a autogestão não possibilita a separação entre os meios e os objetivos do socialismo (Nascimento, 2005).

A Comuna de Paris, em 1871, a Revolução Russa de 1917, mas também antes em 1905, a Hungria em 1919 e 1956 (Tragtenberg, 1986), a Guerra Civil Espanhola, de 1936-1939 (Bernardo, 1998), a gestão obreira na Iugoslávia de 1952-1990, o Movimento de Maio de 1968 (Tragtenberg, 1986), o *Cordobazo* na Argentina em 1969, as Ligas Camponesas, a resistência popular no Chile em 1973 e a Revolução dos Cravos em Portugal em 1974-75 (Sardá de Faria, 2010), as comissões de fábrica no Brasil revelaram que temos na história experiências importantes de luta social de reorganização da vida na cidade e no campo, de autogestão das fábricas, portos, de produção de outros meios de comunicação e de reorganização de diferentes serviços coletivos, e por isso se tornaram marcos na história da autogestão, para além dos muros das fábricas. É preciso sinalizar que a autogestão não era a única tendência revolucionária presente nesses contextos.

Por meio de uma cronologia da autogestão é possível perceber que as práticas autogestionárias, presentes em momentos dispersos dos séculos XIX e XX, se estabeleceram em contextos revolucionários ou de crise em que os trabalhadores tomaram os meios de produção, auto-organizaram o trabalho e a vida em sociedade². Em contraponto à historiografia oficial, que costuma abordar essa tendência como pouco significativa, essa cronologia também poderá apontar as mudanças e as especificidades da organização popular autogestionária em cada um dos contextos.

Assim, segundo essa perspectiva, a autogestão praticada historicamente pela classe trabalhadora tem no trabalho associado uma de suas expressões. Conhecendo algumas experiências históricas, é possível perceber que a ideia de autogestão extrapola as formas de gestão no interior das unidades produtivas e sintetiza perspectivas de mudanças estruturais de organização e de participação social (Nascimento, 2005).

Para os autores filiados à perspectiva da autogestão, parcelas da Economia Solidária realizam a autogestão possível e tem potencial para contribuir com a

² Optamos neste artigo por fazer um recorte dos últimos dois séculos. Estes autores não ignoram experiências anteriores, como o Quilombo dos Palmares e a “República Guarani”. Sobre esses temas, ver, dentre outros, Perét (2001) e Lugon (2009).

autogestão necessária, num contexto de unificação das lutas dos trabalhadores rumo a uma sociedade para além do capital. Nesse sentido, se opõem à concepção de Singer (2002a), que concebe a superação gradual do modo de produção capitalista por meio da economia solidária e rejeitam a hipótese de Laville e França-Filho (2004), sobre a perspectiva de complementaridade entre capitalismo e Economia Solidária. Segundo essa compreensão de autogestão, as organizações de trabalho associado estão em constante tensão com a lógica do capital dominante. O desafio estaria então na superação do trabalho alienado e todos os seus corolários.

Mais precisamente, apesar da constatação de embriões de superação do trabalho alienado em cooperativas e associações de trabalhadores, a possibilidade de avanço estaria na articulação das fábricas recuperadas, cooperativas e associações de trabalhadores com o movimento de luta mais amplo dos trabalhadores, e de uma visão e um programa de superação da sociedade de classes e não apenas de unidades produtivas.

Em oposição a essa ideia, a compreensão limitada da autogestão levaria a uma perspectiva conveniente à acumulação flexível, em que o trabalho associado é integrado aos processos de terceirização. Nessa condição, grupos de trabalhadores se tornam proprietários dos meios de produção e controlam apenas uma parcela do processo produtivo, infinitesimal, precisamente daquela parcela que parece menos rentável aos olhos do capital. Já segundo a compreensão da autogestão inscrita no processo histórico da luta de classes, as experiências de trabalho associado são uma forma de resistência ao desemprego e podem contribuir com a formação e articulação da classe trabalhadora no enfrentamento ao capital.

As organizações de trabalho associado não seriam a única ou a principal forma de enfrentamento, mas podem potencializar a luta dos movimentos sociais. De acordo com essa perspectiva, Vieitez e Dal Ri (2008) e Tiriba (2008) entendem as iniciativas de trabalho associado e autogestionário como experiências que configuram uma fase de transição entre um “modelo” socioeconômico pautado pela exploração e um “modelo” baseado na economia dos trabalhadores livremente associados.

Entre as experiências de trabalho associado analisadas por Dal Ri e Vieitez (2004, 2008 e 2010), encontram-se aquelas relacionadas a movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o movimento das fábricas ocupadas, que possuem bandeiras anticapitalistas claras. Assim, é possível constatar

uma complementaridade entre a transformação cotidiana das relações de trabalho e as estratégias de luta dos movimentos.

Todavia, mesmo as experiências de trabalho associado articuladas aos movimentos sociais possuem sua atuação limitada pelas condições de mercado e por condicionantes técnicos. Uma dessas limitações é o uso de máquinas e técnicas de organização de produção que carregam consigo interesses, valores e objetivos capitalistas provenientes do meio social no qual foram concebidas (Dagnino, 2008).

Nesse sentido, Faria (2009) busca compreender como os trabalhadores em autogestão subvertem a administração pautada pela relação de trabalho subordinado em uma administração que nega esse princípio. Na mesma direção, Dal Ri e Vieitez (2008; 2010) verificam como os trabalhadores de fábricas recuperadas substituem o controle hierárquico da produção por formas mais condizentes com a autogestão (Dal Ri e Vieitez, 2008; 2010). Assim também Novaes (2007) investigou em que medida trabalhadores realizam uma adequação sociotécnica³ dos maquinários e processos produtivos em busca de uma tecnologia e organização do trabalho condizentes com a autogestão e desmercantilização (Novaes, 2007). No mesmo sentido, Wirth (2010) analisou em que medida as experiências de trabalho associado em cooperativas de triagem de materiais reciclagem potencializam a reconfiguração as relações de gênero.

A importância pedagógica da Autogestão

A partir da perspectiva da quarta corrente apresentada na seção anterior, isto é, a partir do entendimento de que a Economia Solidária é um espaço de prática da autogestão que tem como objetivo sua generalização na sociedade, aprofundaremos sua potencialidade pedagógica ou o que pode ser chamado de Pedagogia da Autogestão.

É a importância da autogestão enquanto processo educativo realizável em experiências da Economia Solidária que nos filia à quarta corrente. Se partimos do entendimento da necessidade da superação do capital e se acreditamos que a simples existência dessas experiências não são suficientes para tal, por que ainda assim

³ “A proposta da AST [Adequação Sócio Técnica] busca transcender a visão estática e normativa, de produto já idealizado, e introduzir a idéia de que a tecnociência (...) é em si mesma um processo de construção social e, portanto, político (e não apenas um produto) que terá que ser operacionalizado nas condições dadas pelo ambiente específico onde irá ocorrer, e cuja cena final depende dessas condições e da interação passível de ser lograda entre os atores envolvidos.” (Dagnino, 2001)

acreditamos que a Economia Solidária tem um potencial transformador? A resposta para essa pergunta é exatamente o caráter pedagógico que tem a prática da autogestão.

Bernardo (2006) aborda essa questão de maneira bastante elucidativa:

Enquanto as empresas não forem geridas pelos trabalhadores e não por patrões (de direita) nem por tecnocratas (de esquerda), enquanto a sociedade não for administrada pelos trabalhadores e não por políticos profissionais (de direita ou de esquerda), o capitalismo continuará a existir e, no máximo, mudará de forma, sem alterar o facto básico da exploração. Mas gerir as empresas e a sociedade é algo que se aprende de uma única maneira: gerindo as próprias lutas. Só assim os trabalhadores podem começar a emancipar-se de todo o tipo de especialistas e de burocratas. E com este objectivo, não há experiência simples demais. Por modesta que seja uma experiência, os participantes vão-se habituando a dirigir a sua actividade e vão aprendendo na prática aquilo que opõe essa solidariedade e esse colectivismo ao Estado capitalista. (Bernardo, 2006, p.3)

Nesta seção abordaremos alguns pensadores e pedagogos que pensaram sistemas educativos condizentes com a sociedade socialista e pensadores contemporâneos que analisam as atuais experiências de trabalho associado com ênfase na dimensão educativa. Não foram poucos os pensadores sociais que, ao longo da história, acoplaram a teoria à prática da autogestão no trabalho e da autogestão das lutas a necessidade de uma educação sistemática para além do capital, umbilicalmente ligada à superação do trabalho alienado.

Pistrak e o grupo de educadores russos praticaram e pensaram nessas questões para a Rússia revolucionária. As “escolas-comuna” tinham a auto-organização dos alunos e o trabalho enquanto princípios fundantes (Pistrak, 1981, 2009). Tais concepções significaram uma mudança radical na gestão da escola. Não havia separação entre escola e vida. Os alunos estudavam a partir de complexos temáticos. Tratavam-se de temas que encontravam expressão concreta na realidade e eram estudados a partir de todos os ângulos disciplinares. Tal proposta compreendia a participação na vida social, nas assembléias de fábricas e outras formas de intervenção na realidade. Cabe notar que o projeto pedagógico foi posto em prática na Rússia entre 1917 e 1931, mas foi sufocado pelo avanço do stalinismo. Segundo Freitas (2009), os primeiros pedagogos soviéticos, pós Revolução de 1917, foram calados ou assassinados na década de terror estalinista – os anos 1930.

A experiência relatada por esses pedagogos na Escola-Comuna tinha como fundamento a autogestão. Freitas (2009), ao escrever sobre essa experiência, retoma os escritos de Viktor Shulgin

(...) é preciso saber trabalhar coletivamente, viver coletivamente, construir coletivamente, é preciso saber lutar pelos ideais da classe trabalhadora, lutar tenazmente, sem tréguas; é preciso saber organizar a luta, organizar a vida coletiva, e para isso é preciso aprender, não de imediato, mas desde a mais tenra idade o caminho do trabalho independente, a construção do coletivo independente, pelo caminho do desenvolvimento de hábitos e habilidades de organização. Nisto constitui o fundamento da tarefa da autogestão. (Shulgin apud Freitas, 2009, p.30).

Também Mészáros (2006), num contexto e momento histórico diferente de Pistrak, mas em grande medida herdeiro desse debate, recupera as críticas de Marx ao trabalho alienado, as propostas de transformação da sociedade, em especial educacionais, de Smith, Locke e Robert Owen, para mostrar os limites da educação dentro da órbita do capital. Além disso, este pensador social resgata e atualiza as “propostas” de Marx. É dentro desse caminho que Mészáros teoriza a “educação para além do capital”. Podemos aqui seguir essas pistas para delinear o que seria uma concepção de educação marxista com bases autogestionárias.

Mészáros conecta a necessidade de transformações mais amplas no sociometabolismo social com as tarefas específicas da educação. Para ele, a necessidade de superação positiva do trabalho alienado tendo em vista a construção de uma sociedade de produtores livremente associados, requer a “elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a *automudança consciente* dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem sociometabólica radicalmente diferente” (Mészáros, 2006, p. 65).

A partir dos pedagogos e pensadores da educação para além do capital estabelecem-se paralelos com a educação para a autogestão no contexto atual. É muito importante ressaltar as diferenças entre os dois momentos históricos (a Rússia revolucionária e os dias de hoje) e das diferenças entre a escola formal e as unidades produtivas da Economia Solidária. Ainda assim, o relato dessa experiência nos serve de inspiração e, principalmente, de aprendizado para pensar as experiências atuais.

A Economia Solidária se coloca, a partir dessa perspectiva, como uma possibilidade imediata de aprendizado da sociedade almejada. É nesse sentido que compreendemos e praticamos a Economia Solidária: como algo que possa “desencadear o começo de uma tendência” ou como o “desenvolvimento de lutas que tendam à autonomia” (Bernardo, 2006, p. 2).

Nessa perspectiva, a pesquisadora Tiriba (2001) propõe a pedagogia da produção associada e traz alguns elementos concretos sobre o processo de aprendizagem nas atuais experiências de autogestão. A autora enfatiza a conexão entre o trabalho manual e a reconfiguração de seu significado a partir de um projeto emancipador no qual o trabalhador se percebe implicado. Assim fica nítida a tendência de unificação da planificação e execução do trabalho. A percepção e controle coletivo do processo de produção é algo que só se concretiza a partir da ação coletiva e gradual dos próprios trabalhadores:

Como um espaço singular de produção de conhecimentos, a produção associada ganha relevância à medida que os sujeitos, ao tentarem subverter a lógica do capital, em vez de controlar e dificultar o acesso do conjunto dos trabalhadores aos segredos do processo produtivo, promovem a articulação dos diferentes saberes dos trabalhadores. (Tiriba, 2001, p. 210).

A autora também coloca que enquanto na sociedade capitalista existe uma separação entre escola e trabalho, uma vez que a primeira prepara o trabalhador para uma ação que só se realiza a *posteriori*, no trabalho associado o trabalho é ao mesmo tempo meio e fim educativo.

No entanto, ela traz uma ressalva uma vez que prefere não chamar as experiências de Economia Solidária autogestionárias, mas sim de experiências de trabalho associado. Tiriba (2005), por achar que essa denominação reduziria o que entende como autogestão, isto é, “a produção associada, na perspectiva de uma sociedade dos produtores livres associados” (Tiriba, 2005, p. 6), prefere apontar que essas experiências são inspiradas pelos princípios da autogestão.

Nascimento (2008) aborda a autogestão também sob uma perspectiva pedagógica e retoma autores como Paulo Freire (e o seu conceito de inédito-viável) e Ernst Bloch (e a idéia de utopia concreta) para a construção teórico-prática da autogestão como meio e fim das lutas atuais. Em alguma medida, o autor lida com as ressalvas colocadas em relação à Economia Solidária ao reconhecer a autogestão enquanto tendência e, portanto, não é autogestão apenas quando plena, mas também enquanto processo pedagógico.

Esse processo de aprendizado, no entanto, enfrenta algumas dificuldades e contradições. Segundo Tiriba e Fisher (2009)

As experiências históricas de autogestão revelam que, no embate contra a exploração e a degradação do trabalho, não é suficiente que os trabalhadores apropriem-se dos meios de produção. Essas práticas indicam haver a necessidade de articulação dos saberes do trabalho

fragmentados pelo capital e de apropriação dos instrumentos teórico-metodológicos que lhes permitam compreender os sentidos do trabalho e prosseguir na construção de uma nova cultura do trabalho e de uma sociedade de novo tipo. (Tiriba e Fisher, 2009, p. 294).

Conforme abordamos nesta seção, a pedagogia da autogestão conecta-se com uma perspectiva histórica bastante ampla, na qual podemos dizer que as formas associativas de produção, ao substituírem a competição entre os trabalhadores pela solidariedade e a fragmentação pelo coletivismo, revelam um processo de auto-organização que era já entendido no seu duplo aspecto de meio e de fim. A autogestão das suas lutas revelava para os trabalhadores a necessidade indissociável de autogestão da produção e da vida social (Novaes e Faria, 2010).

Por isso a pedagogia das lutas dos trabalhadores contém sempre uma dimensão organizativa, unificando os trabalhadores para a superação da exploração e do próprio assalariamento (Tragtenberg, 1986). Na autogestão, os trabalhadores passam a questionar o abismo dos salários e a necessidade de sua superação – aquilo que Marx chamou de “abolição do sistema salarial”, a divisão entre os que mandam e executam, a necessidade de rodízios para evitar a burocratização, a necessidade de controle da totalidade da produção e da distribuição, além de uma produção voltada para a satisfação das necessidades humanas.

Considerações Finais

Diante do exposto neste artigo, cabe sublinhar que nos filiamos ao grupo de autores que entendem a Economia Solidária como um espaço de prática da autogestão e, portanto, espaço privilegiado para fortalecer as lutas rumo à superação do capital.

Consideramos que as experiências de trabalho associado são um fenômeno importante que precisa ser analisado também à luz dos processos econômicos e políticos que estão reconfigurando o mundo do trabalho, principalmente na relação entre trabalho e educação, ou mais precisamente, o aprendizado originado pela autogestão e suas relações com a educação “formal” e “informal”. Ao mesmo tempo, essas experiências não nos parecem ser simples reflexos de um processo mais geral. Mesmo que elas não tenham por si só o poder de subverter a complexa teia de exploração à qual estão submetidas, enxergamos nessas experiências algumas potencialidades, o que nos

aproxima da perspectiva da economia popular, mas principalmente da vertente da autogestão.

Acreditamos que as experiências práticas que se arriscam a construir no presente aquilo que postulam, isto é, uma outra sociedade, estão permeadas de contradições. No entanto, tais contradições não as condenam ao fracasso, mas constituem um ponto de partida possível para uma transformação para além do capital e uma educação para além do capital.

Referências bibliográficas

BERNARDO, J. **Labirintos do Fascismo**. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1998.

BERNARDO, J. **A Autogestão da Sociedade Prepara-se na Autogestão das Lutas**. Revista Piá Piou, 2006.

BUBER, M. **O socialismo utópico**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

CASTRO, Bárbara. **A economia solidária de Paul Singer**: a construção de um projeto político. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Unicamp: 2009.

CORAGGIO, J. L. Sustentabilidade e luta contra-hegemônica no campo da economia solidária. In: KRAYCHETE, G. e AGUIAR, K. (Org.). **Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação**. São Leopoldo: Oikos, 2007. p. 67 – 89.

DAGNINO, R. **Em direção a uma Estratégia para a redução da pobreza: a Economia Solidária e a Adequação Sócio-técnica**. 2001. In: Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a ciência e a cultura, Sala de Lectura CTS+I de la OEI, Disponível em <<http://www.campus-oei.org/salactsi/index.html>>. Acesso em 05 out. de 2001.

DAGNINO, R. **Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2008.

DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C.G. A educação do movimento dos Sem-Terra. Instituto de Educação Josué de Castro. **Educação e Sociedade**. Campinas vol. 25, n. 89, , Set./Dez. 2004. p. 1379-1402.

DAL RI, N.M.; VIEITEZ, C.G. **Educação Democrática e Trabalho Associado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e nas Fábricas de Autogestão**. São Paulo: Ícone-Fapesp, 2008.

- DAL RI, N.; VIEITEZ, C. **Protagonismos do trabalhador associado e educação**. In: SCHIMIDT, C.; NOVAES, H. T. *Economia Solidária e Transformação social*. Porto Alegre: EdUFRGS, no prelo, 2010.
- FARIA, J. H. de. **Gestão participativa: relações de poder e trabalho nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2009.
- FREITAS, L. C. **A luta por uma pedagogia do meio: revisitando o conceito**. In: PISTRAC, M. M. *A Escola-Comuna*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- KRAYCHETE, G. *Economia popular solidária: sustentabilidade e transformação social*. In: KRAYCHETE, G. e AGUIAR, K. (Org.). **Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação**. São Leopoldo: Oikos, 2007. p. 32 – 66.
- LAVILLE, J. L. e FRANÇA FILHO, G. C. **Economia Solidária, uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- LIMA, J. C. *Trabalho flexível e autogestão: estudo comparativo entre cooperativas de terceirização industrial*. In: LIMA, J. C. (Org.) **Ligações perigosas: trabalho flexível e trabalho associado**, São Paulo: Ed. Annablume, 2007. p. 127-169.
- LUGON, C. **A República Guarani**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- LUXEMBURGO, R. **Reforma ou revolução**, Lisboa: Ed. Estampa, 1970.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- NASCIMENTO, C. **Do “Beco dos Sapos” aos canais de Catende**. (Os “ciclos longos” das lutas autogestionárias). Brasília, Senaes, abril de 2005. Disponível em: <www.mte.senaes.gov.br>.
- NASCIMENTO, C. **Autogestão: Economia Solidária e Utopia**. Revista eletrônica *Otra Economia*, 2008, p. 27-40.
- NOVAES, H. T. **O fetiche da Tecnologia – a experiência das fábricas recuperadas**. São Paulo: Expressão Popular-Fapesp, 2007.
- NOVAES, H. T.; FARIA, M. S. **Para onde vão as fábricas recuperadas?**. São Paulo, Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, n. 26, junho de 2010, p. 5-33.
- PERÉT, B. **O que foi o Quilombo dos Palmares?** Porto Alegre: EdUFRGS, 2001.
- PISTRAC, M. M. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- PISTRAC, M. M. **A escola-comuna**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- SARDÁ DE FARIA, M. **A autogestão na Revolução dos Cravos (1974-1975)**. In: SCHIMIDT, C.; NOVAES, H. T. *Economia Solidária e Transformação social*. Porto Alegre: EdUFRGS, no prelo, 2010.

SINGER, P. A recente ressurreição da Economia Solidária no Brasil. In , Boaventura de Sousa, **Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002b.

TIRIBA, L. **Trabalho, educação e autogestão: desafios frente à crise do emprego**. Belo Horizonte, Palestra proferida no III Seminário Internacional Universidade, Trabalho e Trabalhadores, promovido pela Unitrabalho e NESTH – Núcleo de Estudos sobre Subjetividade e Trabalho Humano/ FAFICH-UFMG, 10 a 14 de junho de 2002. Disponível em <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/Lia%20TN3.htm>> Acesso em 12 Jun. de 2005.

TIRIBA, L. **Pedagogia(s) da produção associada**. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2001.

TIRIBA, L. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. **Perspectiva - Revista do Centro de Ciências da Educação**, no. 27 , Volume 26, n. 1, jan./jun. Florianópolis: UFSC, 2008. p. 69-94.

FISCHER, M.C.B.; TIRIBA, L. 2009. Saberes do trabalho associado. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo/Coimbra, Almedina Brasil Ltda/Edições Almedina S.A., p. 293-298.

TRAGTENBERG, M. **Reflexões sobre o socialismo**. São Paulo:Ed. Moderna, 1986.

WIRTH, I. G. **As relações de gênero em cooperativas populares do segmento da reciclagem: um caminho para a construção da autogestão?** Dissertação de mestrado, Campinas: FE/Unicamp 2010.